



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

AOS DOZE DIAS DO MÊS SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, na sala de Reunião da Secretaria Estadual de Saúde de Palmas, localizada na Praça dos Girassóis, deu-se início às quatorze horas e quinze minutos 14:15 em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, a 9ª Reunião ordinária de 2018 do Conselho Municipal de Saúde de Palmas – CMS. A reunião foi coordenada pela presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Maria Alice de Araújo**, representante dos prestadores de serviço, e assessorada pela secretária executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) titulares: **Daniel Borini Zemuner, Jaciela Margarida Leopodina, Veruska Azevedo Veras, Alessandro Farias Pantoja, Frederico Frederque Silvério, Maria Alice Araújo, Mário Augusto Santana dos Anjos, Giancarlo de Montemor Quagliarello, Stefhane Santana da Silva, Cliseuda da Silva, Luiz Fernando Amaral Neife, Luis César Nobre de Mello Cardoso, Gabriela de Campos Mendes, Odonel Pereira dos Santos Júnior, Raphael Cota Couto, Joseane Araújo Franco, Erenal Barbosa da Silva, Antônio Grangeiro Saraiva, João Cardoso Lima, Leonel dos Santos Vaz, Vilma Maria Gomes da Silva, Sebastião Costa Lima, Romeu Aloísio Feix, Múcio José .B. Lopes Fernandes e Eliene Brito.**

ITEM 01 – Apreciação da Pauta. **Maria Alice de Araújo** questionou se todos os conselheiros receberam a pauta? Ressaltou que gostaria da colaboração dos conselheiros para que a reunião pudesse acontecer de forma ativa e participativa. Questionou se algum conselheiro tem alguma inclusão de pauta? **Daniel Borini Zemuner** informou que gostaria de solicitar uma inclusão de pauta. Porque na segunda-feira recebeu um ofício do Secretário Estadual de Saúde solicitando a devolução de 53 servidores. Ressaltou que o prazo dos servidores se apresentarem na secretaria do estado está em cima do prazo. Tem muitos servidores que estão trabalhando na assistência. Informou que nove equipes de saúde foram afetadas com esse problema. Informou que tentou fazer uma interlocução com o estado, mas não foi possível. Ressaltou que gostaria de incluir essa situação como ponto de pauta no conselho para que os conselheiros tenham ciência e possa tomar as medidas cabíveis. **Valmir Lucas Cavalcante** informou que gostaria de pedir a antecipação do item 05. Porque o item 05 trata de um assunto bem relevante, porém muito sintético. **Alessandro Farias Pantoja** informou que gostaria que fosse colocado na ata o numero do ofício que a Secretaria Municipal de Saúde recebeu da Secretaria Estadual de Saúde. **Maria Alice de Araújo** colocou e votação duas propostas. A primeira proposta é manter a pauta como está. A segunda proposta é incluir mais um item



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65

na pauta solicitado pelo Secretario Municipal de Saúde para tratar do OFÍCIO- 10205/2018/SES/GABSEC e antecipar o item 05. **Maria Alice de Araújo** informou que foi aprovada por unanimidade a segunda proposta. **ITEM 02- Justificativas de faltas / aniversariantes do mês / novos conselheiros.** **Maria Alice de Araújo** informou que a conselheira Sandra Maria R. Leitão e sua suplente Isabelle Gomes do Nascimento justificou suas ausências por email. Resaltou que o Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins – 25ª Região (CRESS/TO) por meio do oficio CRESS/TO N°095/2018 indicou a Assistente Social Cliseuda da Silva para representação no Conselho Municipal de Saúde na qualidade de conselheira titular e Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas como Conselheira Suplente. Informou que a Igreja Restauração da Ultima Hora por meio do oficio n°01/2018 indicou a conselheira Eliene Dias Brito como titular em substituição do conselheiro Sebastião Alves. Informou que o SINTSEP-TO por meio do oficio N°164/2018 substituiu seu conselheiro Titular Anísio Tavares dos Santos pelo conselheiro Edílson Gomes da Silva. **ITEM 03 – Apreciação das Atas 12º ordinária de 2017, 8º Reunião Extraordinária de 2017, 9º Reunião Extraordinária de 2017, 10º Extraordinária de 2017, 6º Reunião Ordinária de 2018 e 7º Reunião Ordinária de 2018.** **Maria Alice de Araújo** informou que é a segunda vez que as atas vêm para a plenária para aprovação. Ressaltou que não houve nenhuma correção das atas por parte dos conselheiros. Informou que as atas estão aprovadas. **ITEM 04 – Apresentação e Deliberação OFÍCIO- 10205/2018/SES/GABSEC.** **Daniel Borini Zemuner** informou que na segunda-feira recebeu o OFÍCIO-10205/2018/SES/GABSEC que trata da devolução de 53 servidores do estado a partir de 12 de setembro de 2018, cedidos à Secretaria Municipal de Saúde. Ressaltou que entre esses servidores tem assistente social, auxiliar de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeuta, medico, nutricionista e técnico de enfermagem. Informou que esses profissionais estão desempenhando um papel na Secretaria Municipal de Saúde que em uma prazo tão curto para devolução prejudica os usuários do SUS. Ressaltou que não tem uma previsão de substituição desses servidores. Informou que conversou com o superintendente jurídico e a superintendente do recurso humanos do estado e não houve uma negociação. Ressaltou que administrativamente não tem nenhum acordo. Informou que vai tentar falar com o Secretario Estadual de Saúde. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Saúde precisa de um prazo, pois quem de fato vai pagar por isso e a população de Palmas e os servidores que de uma certa forma tem a vida mudada de uma hora pra outra. Ressaltou que entende o lado do estado devido a questão do Tribunal de Contas e as auditorias,mas não entendem porque fazer isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97

em tão pouco prazo com o município de Palmas. **Giancarlo de Montemor Quagliarello** questionou se há alguma ordenação jurídica do TCE OU TCU em relação a essa situação?

Daniel Borini Zemuner informou que é citado no ofício a resolução nº323 no Tribunal de Conta. Essa resolução citada é proibindo novas contratações e não fala de devolução funcionários. Ressaltou que o estado não deu um prazo mínimo para o município de Palmas. Informou que a Secretaria Municipal de Saúde tem servidores cedidos para o estado e esses servidores estão sendo útil para o estado. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Saúde precisa de um prazo. **Jaciela Margarida Leopodina** informou que com a devolução desses servidores a Secretaria Municipal de Saúde terá uma ruptura brusca dos serviços. Não só da assistência, pois 14 equipes ficarão desassistidas. Alguns profissionais da enfermagem são preceptores. Hoje alguns residentes médicos e enfermeiros assumiram equipes e eles não podem assumir equipes sem preceptores. Além do mais serviços da vigilância de acompanhamento e monitoramento como, por exemplo, o próprio serviço de óbito. Ressaltou que a devolução desses servidores será um impacto gigantesco em um tempo muito curto. **Luiz Fernando Amaral Neife** informou que quando ficou sabendo tentou falar com o Secretario Estadual de Saúde para saber qual o motivo de algo tão brusco. Ressaltou que o estatuto do servidor fala que toda cessão de servidor pode ser revogada no prazo de 72 horas. Informou que estão justificando essa situação devido a lei de responsabilidade fiscal e a necessidade do profissional. Só que isso poderia ter sido feito de uma forma mas gradativa. É interessante o Secretario Municipal de Saúde tentar uma interlocução com o Secretario Estadual de Saúde para solicitar a extensão desse prazo devido os serviços que serão afetados. Informou que é necessário dar maior atenção a esse caso para que não aconteça um caos na saúde do município de Palmas.

Alessandro Farias Pantoja informou que a Secretaria Municipal de Saúde revolucionou a saúde no Tocantins. A secretaria iniciou uma luta contra hegemônica em todos os poderes. Ressaltou que a pessoa que assina um documento como esse nunca pisou na comunidade, nunca viu uma sala de vacina cheia e nunca viu uma recepção cheia. Não sabe a falta que esses profissionais vai fazer para as unidades de saúde. Ressaltou que o documento 10205/2018/SES/GABSEC alega a impossibilidade de contratar citando a resolução N° 323. Informou que a resolução N° 323/2018 - TCE/TO diz: “*Abster de: Selecionar, contratar temporariamente, prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129

servidores das áreas de educação, saúde e segurança”. E recomenda também para a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins que a mesma deve: *“Informar ao Tribunal de Contas as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos respectivos limites, para o exercício da fiscalização da gestão fiscal prevista no artigo 59, inciso III, da LRF”*. Informou que essa resolução é de junho de 2018. A resolução não cita e não determina que a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins solicite novamente os servidores cedidos para reintegrarem os serviços estaduais. Ressaltou que não está falando de uma lista com o nome de 53 servidores e sim de uma população que pode ficar desassistida e de projetos inovadores e revolucionários para o SUS. Ninguém no estado do Tocantins teve coragem de montar um modelo de atenção de doenças crônicas e Palmas teve essa coragem .Nenhum município do Tocantins teve coragem de colocar residência dentro do serviço e criar um sistema de ensino integrando,criar núcleos de pesquisas e formar todos os servidores. Tentar fazer de tudo para o atendimento ter qualidade. Questionou porque essa pressa? Ressaltou que gostaria de pedir uma moção de repudio do conselho em relação a essa situação. Informou que o município precisa de um tempo para se organizar. Os servidores não é *“ time de futebol”* que tem reservas . A Secretaria Municipal de Saúde não tem um banco de reserva,pois estamos falando de projeto estruturante que deixa de ter resultados com a saída desses servidores. Ressaltou que como servidor do estado se apresentou no RH e agradece a toda Secretaria Municipal de Saúde por esta tentando solucionar essa situação. **Romeu Aloísio Feix** questionou como é feito esse convenio para ceder servidores? Ressaltou que não tinha noção que existia tantos servidores do estado cedido para o município de Palmas. Ressaltou que o município precisa fazer um concurso publico e criar um quadro de reserva suficiente para não ficar dependente do estado e que não cause esse tipo de situação novamente ,pois a população vai sofrer com essa situação .**Leonel dos Santos Vaz** informou que concorda em fazer um oficio para o Secretario Estadual de Saúde solicitando um prazo, mas não é de hoje vem questionando essa permuta de servidores. Tem servidores do estado que vem cedido para o município e o estado fica com o ônus desse servidor e o município paga uma bolsa de estudo para esse mesmo servidor. É ilegal e imoral uma situação dessa. Esse servidor está ocupando duas vagas um no estado e outro no município. Se esta faltando servidores e preciso fazer concurso. A partir do momento que esse servidor retorna para o estado ele leva tudo que fez. Ressaltou que concorda que seja feito esse oficio solicitando um prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
130 para devolver esses servidores e a gestão se preparar para fazer um concurso. Informou
131 que esses projetos devem ser feito com servidores do próprio município e não com
132 servidores cedidos do estado. Informou que existem uma quantidade enorme de servidores
133 que é concursado no estado e no município. Questionou como é a vida dessa pessoa?
134 Ressaltou que o Ministério Público e o Conselho Municipal de Saúde precisa rever essa
135 situação. **Joseane Araújo Franco** informou que participa do CEMAS e vem
136 acompanhando o trabalho de excelência das instituições que compõem o CEMAS e tinha
137 pequenos apontamentos acerca disso, mas não chegar a ponto de retirar 53 servidores de
138 uma instituição como é a Secretaria Municipal de Saúde. Ainda não tinham sido discutido
139 essa situação, sabemos da importância da Secretaria Municipal de Saúde e dos serviços
140 que tem desempenhados. Sabemos da dificuldade do estado, mas esse fato foi uma
141 surpresa para todos. Ressaltou que esteve pela manhã na Secretaria Estadual de Saúde
142 devido à preocupação do cenário que vai ser desencadeado, pois o SUS já vem com
143 problemas e a tendência é piorar. Ressaltou que esteve na Secretaria de Saúde do Estado
144 solicitando o documento do TCE e não cederam esse documento. Informaram que era pra
145 solicitar esse documento oficialmente. Questionou cadê a transparência? Tinha que está no
146 diário oficial o nome desses servidores. Ressaltou que essa situação é um problema
147 político partidário que está sendo realizado. Informou que diante disso preparou uma
148 moção de apoio a manutenção dos serviços de saúde do município de Palmas com a
149 cessão desses servidores. Ressaltou que o conselho poderia fazer um documento pedindo
150 um prazo para o estado. Informou que isso é um ataque ao Sistema Único de Saúde.
151 Ressaltou que a moção é bem tranquila e precisa circular nas redes sociais. **Múcio José.**
152 **B. Lopes Fernandes** informou que essa situação foi uma facada no SUS. O estado
153 deveria está dando apoio ao município. A realização de um concurso público leva pelo
154 menos seis meses. Como pode pegar uma pessoa que está a 25 anos na atenção básica e
155 colocar ele perigosamente para trabalhar na emergência. O servidor precisa ter o direito de
156 escolher para onde ele vai, pois o servidor não teve uma escolha. Como uma pessoa pode
157 ir para um lugar sendo que nem treinamento ele está tendo atualmente. Ressaltou que é
158 necessário dar treinamento para esses servidores. Informou que leu a moção proposta pela
159 conselheira Joseane e achou muito responsável. Ressaltou que é necessário colocar nesse
160 documento a solicitação de um prazo mínimo de 180 dias para o município devolver esses
161 servidores. **Lorena Dias Monteiro** informou que é servidora estadual cedida para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
162 município de Palmas e trabalha na Fundação Escola de Saúde Pública . Informou que é
163 responsável pelo núcleo de pesquisa da Fundação Escola de Saúde Pública e apoia todos
164 os projetos da FESP. Ressaltou que se sair da FESP vai atrasar os projetos e atrapalhar a
165 vida das pessoas que dependem desse projeto. Isso vai prejudicar substancialmente o
166 serviço. O SUS é único seja no âmbito federal, estadual e municipal. Cabe cada município
167 executar suas ações e seus serviços mas cabe também o estado e a união apoiar. O apoio
168 deve ser dado principalmente com recursos financeiros cessão de servidores, pois todos
169 sabem do sucateamento e subfinanciamento que tem dentro do Sistema Único de Saúde.
170 Ressaltou que o trabalho que é feito na estratégia da família e para fazer com que o HGP
171 não fique lotado. Porque o estado não esta cumprindo com sua responsabilidade de
172 medicina preventiva, mas o município esta fazendo um esforço maior para garantir que os
173 leitos de hospitais não estejam cada vez mais lotados, sucateados e com desperdício do
174 dinheiro público. O papel desses servidores na atenção primaria e garantir com que as
175 pessoas não precisem de hospital. Ressaltou que gostaria que fosse mantido a cessão dos
176 servidores para dar continuidade ao trabalho que esta sendo feito dentro do Sistema Único
177 de Saúde. **Maria Alice Araújo** agradece a presença do Secretario Estadual de Saúde.
178 Ressaltou que os servidores do estado cedido para o município de Palmas são em parte a
179 contrapartida do estado para o município de Palmas, pois cada vez mais a saúde municipal
180 tem ficado com a responsabilidade financeira, devido o maior ajuste da tripartite. O
181 financiamento deve ser sempre tripartite, mas tem percebido cada vez mais que os
182 municípios estão assumindo maior responsabilidade com as despesas e pagamentos e
183 com o município de Palmas não é diferente. **Maria Roseli de Almeida Pery** Ressaltou que
184 é necessário compreender todo o contexto e rever posições pratica com tudo voltado para
185 a legalidade. A legalidade vem sendo muito cobrada sobre tudo dos gestores públicos.
186 Sabemos que a partir da constituição que a descentralização deveria existir e o vinculo
187 empregatício da atenção básica deveria ser firmado com os municípios. Sabemos dos
188 desafios que acabam impedindo alguns municípios de realizarem esse vinculo
189 empregatício por meio de concurso publico. Ressaltou que a sua preocupação quanto da
190 gestão estadual e da municipal e cumprir com as recomendações do Departamento
191 Nacional de Auditoria do SUS com as inspeções e outras atividades de controle . O gestor
192 é muito cobrado para corrigir muitas inconformidades que se arrastam ao logo dos anos
193 .Informou que particularmente é contra a cessão de servidores como é feita no Tocantins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
194 Ressaltou que não é só Palmas e sim o estado inteiro .Tem municípios do estado que tem
195 um quantitativo de servidores cedidos que não justifica quando é verificando o que é
196 ofertado pelo município enquanto serviço de saúde. Essas discussões estão passando pelo
197 CEMAS a muito tempo e o setor de recursos humanos da SESAU esta apresentando as
198 atividades que a Secretaria Estadual de Saúde está fazendo para levantar esses servidores
199 e trazê-los de volta para o estado e não atendê-lo o interesse do servidor. Na medida que
200 prestamos concursos públicos e mantemos vinculo com determinado entes o interesse
201 maior não é do servidor e sim do serviço,pois isso tem que ficar muito claro. Não é porque
202 o servidor está no bico do papagaio a tantos anos que já comprou uma chácara que o
203 estado não pode trazer de volta determinado servidor. Ressaltou que concorda com
204 algumas falas feitas anteriormente no sentido que o Estado do Tocantins desde o principio
205 não definiu a contrapartida financeira, ou seja, o rateamento dos recursos, pois era isso que
206 a secretaria já deveria ter feito a anos, mais como não fez a secretaria acabou assumindo
207 um ônus que não era dela com a realização de concurso que não deveria realizar como por
208 exemplo os dentistas que foram concursados para trabalhar nos municípios. O estado faz
209 concurso publico para dentistas trabalharem em determinados municípios e com uma
210 manobra esses servidores vieram para o estado. Existem muita distorção e nós enquanto
211 servidores públicos temos que pensar com a cabeça do estado e não com a cabeça do
212 interesse individual de cada um. O SUS é único e a responsabilidade pela garantia a saúde
213 ela é solidaria. Quando o município não consegue realizar aquilo que é de obrigação dele o
214 estado vem e assume e da mesma maneira a união em relação ao estado. Informo que em
215 um conversa com o ex secretario a alguns anos falou pra ele que tinha que ter a
216 contrapartida financeira do estado com os municípios e foi baixado um decreto na época e
217 foi feita essa contrapartida financeira sem de uma certa forma fazer uma compensação
218 para aqueles municípios que poderia dizer que preferia um servidor cedido em vez da
219 contrapartida financeira e não foi feito isso. Com isso gerou um divida enorme do estado
220 para com os municípios e municípios que tinha servidores cedidos. Quando o estado tentou
221 compor com os municípios da época não houve esse entendimento por parte dos
222 municípios. Tem muita coisa errada e é inadmissível a folha de pagamento da Secretaria do
223 Estado da Saúde não suprir as necessidades daquilo que é de competência do estado.
224 Esta errado essa cessão de servidores da forma que ela vem sendo feita. O estado esta
225 auditado e inclusive essa matéria que esta sendo auditado pelo DENASUS é objeto de uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
226 ação civil pública. Depois de tudo que foi falado é necessário uma transição para que a
227 população não sofra danos. Os municípios tem que fazer concurso publico e se o estado
228 precisar fazer concurso publico tem que fazer também,pois não adianta nada o estado
229 ceder servidor e ter que contratar. Estão tendo problemas sérios nas escalas de médicos e
230 enfermeiros nos hospitais. É necessário corrigir essa situação urgentemente. Ressaltou
231 que há muito tempo vem cobrando isso do Secretario Estadual de Saúde, pois o estado
232 vem assumindo mais hospitais. **Rolf Costa Vidal** Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado
233 do Tocantins informou que enquanto gestão quer deixar bem claro a todos que a
234 mensagem do Governador Mauro Carlesse no que desrespeita a gestão da SESAU e de
235 um enorme carinho e de uma enorme vontade de acertar. Não somos avessos a discussão,
236 debates, criticas e sugestões, pois a nossa crença é que a unanimidade não é saudável em
237 nenhum lugar. Enquanto gestão nunca vamos fugir de um bom debate porque as políticas
238 públicas elas avançam com o debate. Ressaltou que gostaria de deixar como mensagem a
239 enorme vontade de acertar do Governo do Estado do Tocantins. **Daniel Borini Zemuner**
240 ressaltou que após recebe o oficio imediatamente comunicou aos servidores para que eles
241 seguisse aquilo que estava determinado no oficio encaminhado pela Secretaria do Estado.
242 Informou que não concorda com a forma que esta sendo feita,mas sabe que é um direito do
243 estado solicitar esses servidores. Ressaltou que gostaria de pedir um prazo para que a
244 SEMUS possa se adequar a essa situação. O município de Palmas não está se negando
245 de nenhuma forma assumir a sua responsabilidade. Ressaltou que faz um mês que
246 assumiu a SEMUS e o que tem pregado é a questão da legalidade. Informou que tem uma
247 responsabilidade com a população de Palmas e o estado também tem a mesma
248 responsabilidade, pois a população de Palmas é do estado também. Ressaltou que
249 gostaria de ter o menor trauma possível principalmente para a população que, mas precisa.
250 Ressaltou que gostaria de pedir um prazo mesmo sabendo da limitação do estado. **Renato**
251 **Jayme da Silva** Secretario Estadual de Saúde ressaltou que a saúde é um desafio
252 constante e diário. A forma de trabalhar deverá ser com dialogo e com construção. Não
253 vamos conseguir encontra caminhos e respostas sem dialogar e principalmente sem
254 entender o que poder ser melhorado na saúde. Informou que quando assumiu a secretaria
255 uma das primeiras coisas que o governador questionou era quando tinha alguma problema
256 de faltar um profissional de saúde no hospital no serviço básico a responsabilidade recaia
257 sobre o diretor do hospital ,o secretario de saúde e sobre o governador. Uma das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289

alternativas que procurou buscar nesse período foi suprir para não deixar faltar atendimento. Informou que a sua obrigação é atender quem precisa e isso direciona a sua gestão, mais as vezes é necessário buscar caminhos e encontrar alternativas para que possamos melhorar o serviço de saúde. A questão da cessão de servidores foi adiada um pouco para ser feita porque estávamos tentando buscar alternativas. Só que quando temos um problema igual tivemos 30 dias atrás aonde não temos profissionais e não conseguimos fechar escala e ainda temos o desafio da regulamentação dessa jornada de trabalho que é uma coisa que já iniciamos a discussão e estamos evoluindo e acreditamos que vamos chegar em um denominador comum e que seja bom para a população além de atender a necessidade dos profissionais que fazem e entregam o serviço de saúde. Temos problemas na rede toda, principalmente nas três grandes cidades Palmas, Gurupi e Araguaina. Esses problemas foram a motivação principal para buscarmos essa alternativa em função também da dificuldade de contratação não só pela questão da vedação do período eleitoral que em alguns casos você consegue justificar mais também pela questão orçamentária do estado, pois não temos recurso. O segundo semestre de todo ano é um semestre que você tem uma limitação de recurso e é preciso fazer alguns ajustes dentro do orçamento para poder chegar no dia 31 de dezembro e pagar o salário e o décimo terceiro de todo mundo, ou seja, esta com as contas em dias esse é um grande desafio que temos. Ressaltou que qualquer caso ou excepcionalidade tem que ser ouvida, entendida e discutida. Informou que acredita que podem criar um encaminhamento para aqueles casos que estiverem com uma sensibilidade e estiverem com prejuízo no serviço no município. Uma das coisas que temos buscado e fortalecer também os municípios, pois é uma obrigação do estado, mas em alguns casos não tem como suprir uma necessidade que tem dentro de uma unidade hospitalar que aí já é um problema que temos que enfrentar. Informou que concorda com a fala da Doutora Roseli que o Ministério Público tem um papel importante, as vezes nos cobra mas sabemos que isso é para nos ajudar a acertar e conseguir melhorar o serviço de saúde. Ressaltou que o conselho deverá formalizar uma reivindicação, cuja vai despachar diretamente com o governador. As excepcionais vamos ter sensibilidade para entender e principalmente que possamos encontrar esses caminhos para que possamos acertar. Os serviços de saúde melhoraram e hoje a saúde é uma prioridade do governo, pois o governador tem dado muita autonomia e liberdade para que possamos trabalhar e evoluir um pouco mais o serviço de saúde. Informou que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

entende que o SUS é um sistema único e devemos enfrentar os desafios juntos. Ressaltou que é preciso buscar uma construção coletiva e o apoio dos órgãos de controles. Informou que nessa demanda limitou essa cessão com foco nos hospitais que é aonde precisamos de gente e precisamos ter essa responsabilidade e essa obrigação até porque essa não é uma caminhada que vamos fazer sozinhos. Ressaltou que gostaria de pedir a colaboração de todos e que acredita que vai conseguir atender a demanda solicitada. Informou que vai levar cada caso para ser discutido internamente com a equipe. Ressaltou que o conselho deverá formalizar o documento. Informou que como a data da apresentação dos servidores é hoje o conselho deverá fazer um documento para a secretaria solicitando um prazo de uma semana e nesse prazo a secretaria apresente as justificativas e os pontos críticos e a Secretaria do Estado vai fazer uma avaliação. Informou que vai ser repactuado esse prazo que seria hoje para daqui uma semana. Ressaltou que a data era 12 de setembro e o conselho via ofício vai solicitar a prorrogação por mais uma semana essa data de apresentação. Nesse período de uma semana vocês deveram apresentar as justificativas e os argumentos e em uma semana a Secretaria do Estado toma um posicionamento em relação a todos os casos. **Ricardo Martinez Camolesi** informou que em relação a cessão dos servidores os cirurgiões dentistas não foram incluídos. Ressaltou que os cirurgiões dentistas do estado salva vidas nas unidades hospitalares. Informou os cirurgiões dentistas atende pacientes que estão internados e que são referência nacional em odontologia hospitalar pelo número de procedimentos e profissionais que atendem nos 18 hospitais do estado. Ressaltou que os cirurgiões dentistas tem uma referência muito boa e uma avaliação muito positiva por parte da população. Ressaltou que gostaria de convidar todos os conselheiros para visitarem as unidades hospitalares e conhecerem o trabalho da odontologia hospitalar. **Frederico Frederque Silvério** informou que a auditoria que tratou da questão de pessoal com ênfase nos plantões extraordinários e na indenização de compensação de serviços hospitalares também abrangeu a questão dos servidores cedidos que representava e ainda representa um valor significativo do orçamento da secretaria com gasto de pessoal. Como o gasto com pessoal da secretaria compromete em média 92% das receitas próprias alocadas em saúde é uma dispensa que era relevante e que foi analisada. Primeiramente foi identificada a questão das cessões e a realização de um concurso público específico para atender a atenção básica essa foi a justificativa do estado quando foi identificado um quantitativo de servidores cedidos que ultrapassava 1200

121

122

123

124

125

126



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127

128

129

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

131

132

322 servidores. A lei que autoriza a cessão dos servidores através de convenio ela estabelecia
323 que os servidores seja da área fins e naquela época foi identificado 185 servidores. Tinham
324 assistente administrativo, contadores, administradores e outras áreas administrativa
325 cedidos através desse convenio. Ressaltou que na época foi identificado até um professor
326 da atenção básica cedido via Secretaria de Saúde e pareceu que a secretaria estava
327 utilizando o convênio devido essa possibilidade que a secretaria tem de articular junto aos
328 municípios para ceder servidores que não eram da área. Informou que esses dados são de
329 2014 e como mexe com a vida de pessoas foi estabelecido junto com outros órgãos de
330 controle um prazo para esclarecimento dessas questões. A justificativa que os servidores
331 seriam para atender a atenção básica foi analisado e a distribuição desses servidores de
332 acordo com o que traz o artigo 20 da lei complementar nº141 que traz os critérios de rateio
333 de recursos para os municípios. Como a Secretaria do Estado justifica que invés de fazer o
334 repasse regular e automático ela cede servidores, então essa cessão de servidores deveria
335 atender minimamente esses critérios de rateio para não acontecer distorções como foram
336 identificadas junto ao município por exemplo Sitio Novo que foi um caso emblemático na
337 época que a despesa com cedidos para o município de Sitio Novo ultrapassava 3 milhões
338 de reais ao ano enquanto que o recurso que o Ministério da Saúde repassava através do
339 fundo nacional de saúde para manter todo o sistema de saúde do município totalizava um
340 milhão e setecentos. O estado aplicava no município de Sitio Novo com gasto de pessoal
341 quase o dobro do que o Ministério da Saúde transferia em recurso financeiro para todo o
342 sistema de saúde daquela municipalidade. Foi identificado que alguns municípios não
343 possuía nenhum servidor, então esses municípios não estava recebendo nenhum incentivo
344 da atenção básica e o que foi recomendado na auditoria era que fosse reavaliado os casos
345 de cessão principalmente no que tange acumulo de cargo de forma indevida e a
346 distribuição desses servidores de acordo com a proporção desses critérios e que a
347 secretaria desenvolvesse seus critérios próprio devido ela ser conhecedora da rede e sabe
348 quais são as áreas de carência e que retornasse os casos que estavam incompatível com
349 a lei que regulamenta no âmbito do estado essa possibilidade de cessão via convenio.
350 Como se tratava de convenio era necessário estabelecer rotinas de fiscalização dos
351 convênios porque conforme a lei nº866 que regula de forma geral os contratos e os
352 convênios públicos, pois no artigo nº67 há a obrigação de nomear fiscais para os convênios
353 e que eles possa acompanhar de maneira efetiva o desenvolvimento do trabalho desses



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

143

144

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

servidores junto aos municípios e que pelos menos fosse estabelecido um cronograma para que verificasse a produtividade e assim criasse mecanismo de monitoramento desses servidores que estão distribuídos pelos municípios do estado. Ressaltou que por ultimo foi feita a recomendação que desenvolvesse convênios específicos para as diversas categorias e que não fosse feita de forma genérica, pois muitas vezes o convenio de forma genérica dificulta essa fiscalização e muitas vez o servidor lá no município é ate desviado da função para qual esta cedido, muitas vezes o servidor está no atendimento direto assistencial e quando vai observar esse servidor está ocupando cargo comissionado no município e não é pra essa finalidade a cessão desses servidores. Ressaltou que foi esses fatos que a auditoria levantou na época e no monitoramento mas recente já foi identificado que diminuiu o numero de servidores cedidos, pois de 2200 servidores cedidos no ultimo relatório de gestão que foi apresentado tinha caído para cerca de 780 servidores cedidos. Informou que ainda há casos de cessões para outros órgãos que não são vinculados a saúde entre outros poderes como Ministério Publico e Tribunal de Justiça. Ressaltou que não questionou os servidores cedidos para o Tribunal de Justiça porque o tribunal de justiça arca com as despesas foi questionado os servidores cedidos que são custeados pela Secretaria de Saúde e na época foi identificado que o gasto anual dava 4 milhões e meio de reais com servidores cedidos para outros poderes e órgãos fora da finalidade da saúde. Informou que se esses servidores não retornarem que mude o ônus e esse ônus não fique com a Secretaria Estadual de Saúde. **Maria Alice Araújo** ressaltou que entregaram o oficio para a Secretaria Estadual de Saúde solicitando a prorrogação do prazo estipulado para os servidores se apresentarem. **Alessandro Farias Pantoja** agradece a presença do Secretario Estadual de Saúde e por está aberto a negociação. Ressaltou que gostaria que levasse em consideração no debate alguns resultados inovadores na atenção primaria. A descentralização de serviços tem recaído para a atenção primaria a responsabilidade que antes era hospitalares e era cunho da gestão estadual. Informou que hoje não se passa tanto tempo internado como se passava antes, pois a atenção primaria assume cuidados domiciliares de pacientes que antes ficavam no hospital. Conseguimos reduzir morte por doenças crônicas não transmissíveis, aumentamos cura de hanseníase, parto normal, além do aumento de 100% para a população e a redução da mortalidade infantil. Temos uma serie de indicadores que são frutos da organização revolucionaria da atenção primária no município. Quando foca o serviço do servidor que

145

146

147

148

149

150



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

151

152

153

154 **ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**
155 **DE PALMAS-TO**

156

156

386 está cedido somente na assistência estamos deixando de valorizar núcleo de pesquisa que
387 muda a realidade e favorece isso e como o município de Palmas e o maior município do
388 Tocantins os indicadores são extremamente relevante se conseguimos alcançar e manter
389 esses resultados. Informou que no termo de convenio cita que o servidor cedido deve atuar
390 no seu cargo de origem. Ressaltou que ele é enfermeiro e atua na gestão, no ensino e na
391 pesquisa. Informou que atua em tudo que a sua formação profissional permite. Ressaltou
392 que isso não quer dizer que ele tem que está dentro de um serviço atendendo ou não
393 . Temos que diferenciar que profissional de saúde tem que está só atendendo, pois o
394 atendimento funciona e é necessário, mas a gestão municipal e o fortalecimento desse
395 profissional precisa ser levado em consideração. Informou que agradece a possibilidade do
396 dialogo que o Secretario Estadual está propondo. **Frederico Frederque Silvério** informou
397 que a respeito da atuação profissional entendemos que todo profissional da área
398 assistencial ele tem a capacidade. Só que o convenio e atenção básica e com a finalidade
399 especifica, então se não for através dessa legislação deve ser buscar uma outra motivação
400 para fazer a cessão que não seja através desse convenio e dessa modalidade legal
401 porque ai esta contrariando a própria lei geral que rege e regulamenta. É necessário
402 observar a legislação ou então tem que fazer uma revisão através legislativa porque
403 perante a lei atual é irregular. **Luiz Fernando Amaral Neife** informou que o ideal é que
404 fosse feito um concurso publico. Ressaltou que teve um concurso publico, mas a maioria
405 das posses foram feitas judicialmente. **Joseane Araújo Franco** informou que foi feita uma
406 moção de apoio e gostaria que os conselheiros aprovasse essa moção e que a mesma
407 fosse anexada junto ao oficio que será encaminhado para o Secretario Estadual de Saúde.
408 **Joseane Araújo Franco** fez a leitura da Moção de Apoio a Manutenção dos Serviços de
409 Saúde de Palmas-To que diz: Considerando que a saúde é direito de todos e dever do
410 Estado, nos termos do Art. 196 e seguintes da CF e legislação
411 infraconstitucional; Considerando a responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos
412 Municípios, na garantia do direito à saúde; Considerando que o Estado do Tocantins vem,
413 ao longo dos anos, organizando a sua Rede de Atenção à Saúde - RAS, no âmbito do
414 Estado; Considerando que a organização da RAS passa, também, pela cessão de
415 servidores do Estado a diversos municípios do Tocantins; Considerando que a população foi
416 pega de surpresa com o cancelamento dos contratos de cessões dos servidores do Estado
417 do Tocantins ao município de Palmas; Considerando que os serviços do SUS vinham sendo

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

executados adequadamente, por meio de servidores públicos de Palmas, contratados e cedidos pelo Estado; Considerando a necessidade dos trabalhadores do SUS cedidos pelo Estado ao município de Palmas, para atender a demanda de sua responsabilidade; Considerando que o município de Palmas é referência para atender usuários do SUS de diversos municípios do Tocantins; Considerando que para a garantia da integralidade do serviço, faz-se necessário a manutenção dos referidos servidores; Considerando que medidas abruptas, como no caso tratado nesta moção, fragilizam o SUS e causa desassistência à população; Considerando os danos que serão causados aos usuários do SUS com a devolução dos servidores cedidos; Considerando a necessidade de transição para a devolução dos servidores cedidos, para que o Município de Palmas cumpra com as Recomendações do Tribunal de Contas e outros Órgãos de Controle do SUS; O Conselho Municipal de Saúde de Palmas vem a público, manifestar a Moção de Apoio a manutenção dos serviços de saúde de Palmas com a permanência da cessão dos servidores do Estado ao município ou que o Estado possa conceder um prazo de 120 dias ao município de Palmas para remanejamento e reorganização dos serviços já estruturados pela Secretaria Municipal de Saúde. **Maria Alice Araújo** informou que o conselho está fazendo o ofício solicitado o prazo de uma semana como ficou acordado com o Secretario Estadual e já foi proposto o prazo de 120 dias para todos os servidores. Ressaltou que colocara em votação a moção que solicita o adiamento por mais 120 dias a manutenção de todos os trabalhadores. **Maria Alice Araújo** colocou em votação Moção de Apoio a Manutenção dos Serviços de Saúde de Palmas-To. Sendo aprovada. **Daniel Borini Zemuner** informou que o secretario estadual deu uma semana de prazo para que seja apresentada uma justificativa da permanência desses servidores. Propõem que seja criada uma comissão no conselho para que essa comissão possa se reunir com a gestão e elaborar uma proposta. **Maria Alice Araújo** informou que gostaria que os conselheiros se manifestassem para participarem da comissão da cessão de servidores. Informou que os membros que participaram da comissão de cessão de servidores são: Daniel Borini Zemuner (Segmento: Gestão) ; Joseane Araújo Franco(Segmento:Trabalhador); Luiz Fernando Amaral Neife (Segmento:Trabalhador); Vilma Maria Gomes da Silva (Segmento: Usuários); Eliene Brito (Segmento: Usuários); **Antônio** Grangeiro Saraiva (Segmento: Usuários) e Jaciela Margarida Leopodina (Segmento: Gestão). Ressaltou que gostaria de agendar uma data para a comissão se reunir. Informou que a comissão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

cessão de servidores acontecerá dia 17/09 às 9:00 horas na Secretaria Municipal de Saúde. **ITEM 05 – Apreciação e Deliberação da atualização da Tabela de Procedimentos com complementação da SEMUS/Palmas. Realização dos Exames: Avaliação Urodinâmica Completa, Litotripsia Extracorpórea (onda de choque parcial/completa em uma região renal); instalação Endoscópica de Cateter Duplo J; Cistoscopia e/ou Ureteroscopia e Cateter Duplo J, pela empresa INSTITUTO UROLÓGICO DE PALMAS – IUP. Valmir Lucas Cavalcante** fez a apresentação da atualização da Tabela de Procedimentos com complementação da SEMUS/Palmas. Realização dos Exames: Avaliação Urodinâmica Completa, Litotripsia Extracorpórea (onda de choque parcial/completa em uma região renal); instalação Endoscópica de Cateter Duplo J; Cistoscopia e/ou Ureteroscopia e Cateter Duplo J, pela empresa INSTITUTO UROLÓGICO DE PALMAS – IUP. **Maria Alice Araújo** questionou se algum conselheiro gostaria de fazer alguma pergunta? Informou que como não houve nenhum questionamento colocara o item em votação. **Maria Alice Araújo** colocou em votação a atualização da Tabela de Procedimentos com complementação da SEMUS/Palmas. Realização dos Exames: Avaliação Urodinâmica Completa, Litotripsia Extracorpórea (onda de choque parcial/completa em uma região renal); instalação Endoscópica de Cateter Duplo J; Cistoscopia e/ou Ureteroscopia e Cateter Duplo J, pela empresa INSTITUTO UROLÓGICO DE PALMAS – IUP. Informou que o item 05 foi aprovado. Ressaltou que houve uma abstenção. **Leonel dos Santos Vaz** informou que se absteve de votar devido esses procedimentos não estarem de acordo com a portaria do Ministério da Saúde. **Joseane Araújo Franco** informou que essa portaria que o conselheiro Leonel está falando está nas atas desde o início do ano, pois é a mesma portaria que ela tem falado em algumas reuniões anteriores. **ITEM 06 – Reformulação Comissão de Planejamento e Análises de Conta. Maria Alice de Araújo** informou que a reformulação da comissão de Planejamento e análises de conta foi solicitado pela mesa diretora tendo em vista que tem documentos para ser analisados e praticamente todos os membros a comissão provisória deixou de ser conselheiros. Com isso a comissão não tem como analisar documentos que precisa ser apresentados ao conselho. Ressaltou que é necessário recompor a comissão de planejamento e análises de conta. Informou que os membros da comissão de Planejamento e Análises de Conta são: Mário Augusto Santana dos Anjos (Segmento: Governo); João Cardoso Lima (Segmento: Usuários); Giancarlo de Montemor Quagliarello (Segmento:

181

182

183

184

185

186



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

187

188

189

190 **ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**
191 **DE PALMAS-TO**

192

193

482 Trabalhador) e Antônio Granjeiro Saraiva (Segmento: Usuários). **ITEM 07 – Reformulação**

483 **Comissão de Planejamento e Análises de Conta. Mário Augusto Santana dos Anjos**

484 informou que a comissão se dedicou e foi feita a primeira apresentação ao conselho.

485 Ressaltou que discussão foi muita tranquila e gostaria que mesa diretora convocasse uma

486 reunião extraordinária para tratar das alterações do regimento interno do Conselho

487 Municipal de Saúde. **Joseane Araújo Franco** informou que a comissão tinha um prazo e

488 acredita que esse prazo da comissão já ultrapassou. Ressaltou que é necessário dar um

489 novo prazo para a comissão. **Luis César Nobre de Mello Cardoso** informou que a

490 comissão foi instituída e entregou dentro do prazo de 60 dias as alterações proposta dentro

491 da comissão. Ressaltou que a comissão cumpriu o prazo estabelecido e os membros da

492 comissão estiveram presentes em todas as reuniões extraordinárias marcada para discutir

493 a respeito das alterações do regimento interno. **Maria Alice Araújo** informou que a

494 comissão cumpriu com o seu papel. Ressaltou que gostaria de pedir a prorrogação da

495 comissão das alterações do regimento interno ate encerra toda a discussão do regimento

496 interno. Ressaltou que gostaria que todos os conselheiros pudessem fazer o envio de suas

497 modificações para que a comissão possa analisar e sintetizar para que na próxima reunião

498 possamos conseguirmos fechar esse tema. **Mário Augusto Santana dos Anjos** ressaltou

499 que todos os conselheiros tiveram acesso antecipadamente às reformulações que a

500 comissão pontuou. **Luis César Nobre de Mello Cardoso** informou que na primeira reunião

501 extraordinária realizada para discutir as alterações no regimento avançaram bastante nas

502 discussões. Ressaltou que não concorda em cada conselheiro enviar suas propostas

503 porque vai da muito trabalho. **Maria Alice Araújo** informou que a data proposta para a

504 realização da reunião extraordinária para discussão do regimento interno é dia 26/09.

505 Colocou em votação a prorrogação da vigência da comissão temporária das alterações do

506 regimento interno ate encerra o debate do regimento interno. Informou que foi aprovada a

507 prorrogação da vigência da comissão temporária das alterações do regimento interno. **Luis**

508 **César Nobre de Mello Cardoso** informou que foi contra devido a comissão ter sido

509 instituída e ter feito o seu trabalho. Ressaltou que achou desnecessário institucionalizar a

510 continuidade da comissão uma vez que a comissão continua presente nas reuniões. **Maria**

511 **Alice Araújo** informou que a reunião extraordinária está agendada para o dia 26/09.

512 **Joseane Araújo Franco** informou que o regimento foi aprovado no conselho no final de

513 novembro de 2017 e ate hoje esse regimento não foi publicado no diário oficial. **Maria Alice**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

Araújo informou que o fato de não publicar no diário oficial não deixa o regimento invalido. Ressaltou que o regimento aprovado no final de novembro de 2017 é o que está sendo usado desde que iniciou o trabalho dessa diretoria porque ele não esta invalido devido ele não ter sido publicado. Informou que o regimento é valido a partir do momento que foi aprovado pela plenária. **ITEM 07- Apresentação e Deliberação da proposta de Fluxo Municipal Para Encaminhar Solicitação de OPMAL- Ortese Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção, ao CER Palmas.** **Mário Freire S.Sobrinho** fez a apresentação da proposta de Fluxo Municipal Para Encaminhar Solicitação de OPMAL- Ortese Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção, ao CER Palmas. **João Cardoso Lima** questionou faz o pedido na unidade de saúde para o fisioterapeuta e ele vai encaminhar para o AMAS ou para Policlínica de Taquaralto? **Mário Freire S. Sobrinho** informou que o profissional do município faz o encaminhamento internamente para os profissionais do próprio município. Ressaltou que não e feito encaminhamento diretamente para o CER. A regulação do município encaminha para a regulação estadual e é agendado de acordo com a regulação estadual ou avaliação multidisciplinar. Ressalta que o ideal e o profissional encaminhar direto para o SISREG mas essa possibilidade o sistema não aceita. Então sempre tem que ser regulação municipal para a estadual. Informou que em dois pontos municipais e feito esse encaminhamento da regulação municipal para a estadual. Um ponto e o AMAS e o outro é a policlínica de Taquaralto. **João Cardoso Lima** informou que gostaria que esse fluxo fosse encaminhado para todas as unidades de saúde. **Frederico Frederque Silvério** parabenizou a iniciativa de formalizar esse fluxo. Resaltou que na sua experiência de trabalho não especificamente no município de Palmas mas em todos os órgãos públicos de gestão em saúde foi identificado essa deficiência nos referenciamentos e fluxograma. A atenção básica e a porta de entrada e ela sofre muito com isso com a falta de informação do próprio profissional que está ali para acolher e receber o usuário. Esses fluxos devem ser elaborados e institucionalizada de uma forma que o servidores tenha obrigação de estudar e conhecer. Para estudar e conhecer é necessário ter o regimento interno feito e o fluxo elaborado,ou seja,algum produto para ele venha ter conhecimento disso. Ressaltou que o Ministério da Saúde tem a rede viver sem limite que tem um programa especifico de saúde e mobilidade e essa rede estabelece justamente a criação desses fluxos e que o paciente tenha que se deslocar o mínimo possível. Temos a dificuldade de mobilidade urbana e a acessibilidade ate mesmo aos prédios públicos ainda

205

206

207

208

209

210



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

211

212

213

214

215

216

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

e deficiente apesar da legislação que fazem parte desse pacote da rede viver sem limite. Sugeriu que a própria unidade básica e o profissional que acolheu não fique com essa responsabilidade de contato com a regulação municipal. **Raphael Cota Couto** agradece a resposta que teve da SEMUS. Informou que já havia o esboço desse fluxo e foi feito apenas uns ajustes que chegou nesse produto final que foi apresentado no conselho. Ressaltou que antigamente quando não existia o sistema os encaminhamentos para as especialidades, por exemplo, o médico fazia o pedido na unidade de saúde e a gerência da unidade encaminhava para a secretaria. Informou que em vez do usuário levar a parte administrativa da unidade de saúde pega e encaminha pra os dois pontos de referência. A responsabilidade do município de Palmas e fazer a solicitação e encaminhar para o estado. **Mário Freire S. Sobrinho** informou que tem a preocupação de fazer o usuário andar o mínimo possível. Ressaltou que conseguiu reduzir muito essa caminhada do usuário nesse fluxo. Informou que as sugestões são todas plausíveis e vai repassar esse ponto para a secretaria. **Frederico Frederque Silvério** informou que quando esse fluxo era de um certo senso comum e quando o mesmo foi estudado para formalizá-lo descobriram novas portas de entrada que era o fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. **Maria Alice Araújo** colocou em votação o Fluxo Municipal Para Encaminhar Solicitação de OPMAL- Ortese Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção, ao CER Palmas. Sendo aprovado por unanimidade. **ITEM 08 – Solicitações do Conselho Local de Saúde Aurenny II: Reforma do espaço Físico da Unidade; Criar a estratégia de saúde Bucal e habilitar a Saúde Bucal para a equipe 20; Contratar médico para a equipe 11.** **Maria Alice** informou que devido a senhora Elizete Sales (Presidente CLS) não ter comparecido na reunião não abrirá o tema para discussão. **ITEM 09 – Informe das Comissões. Mário Augusto Santana dos Anjos** pediu o consenso e o máximo de empenho por parte dos conselheiros para que possa ser concluído a reformulação do regimento. **ITEM 10 – Informes dos Conselheiros Municipais. Giancarlo de Montemor Quagliarello** informou que em relação ao item 08 vai ficar um pouquinho mas complicado com o retorno dos funcionários da saúde do município para o estado. Ressaltou que na reunião passada solicitou a Qualilog o laudo de insalubridade, a empresa foi comunicada e ela não informou resposta. Ressaltou que acredita que é necessário fazer um nova solicitação e se não for respondido o conselho deverá entrar com uma ação judicial requisitando juridicamente. **Vilma Maria Gomes da Silva** informou que vários passeiros está ajudando a APAE. Ressaltou que está vendendo rifa e o

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

conselheiro que quiser comprar é só falar com ela. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que a respeito da cessão de recursos humanos é lamentável. O concurso publico e a ferramenta adequada para se ter recursos humanos nos órgão públicos,mas tem seleção simplificada em casos emergenciais para evitar a descontinuidade do serviço. A finalidade desse tipo de seleção publica tem um objetivo e um tempo pre- determinado é algo que antecede um concurso publico que é mas estudado e mas criterioso. Ressaltou que essa é uma ferramenta que pode ser usada. **João Cardoso Lima** informou que gostaria de esclarecimento a respeito do que esta acontecendo dentro das unidades em relação ao atendimento odontológico. Ressaltou que está faltando material e equipamentos. Informou que a comunidade esta reclamando dessa situação é necessário observar essa situação. **Romeu Aloisio Feix** informou que é necessário mudar a dinâmica da pauta,pois essas denuncias da comunidade não pode vim em forma de informes e sim para deliberação. É necessário constituir comissão para verificação em locus,pois existem varias problemáticas sendo apontadas e o conselho não delibera a respeito dessas problemáticas. Estamos tendo a função cartorial e não de conselho é necessário mudar essa pauta e a forma de analisar as problemáticas da saúde que está acontecendo. Informou que gostaria de falar do direito a saúde da criança e o adolescente como prioridade absoluta. Ressaltou que nas UPAS não tem pediátrica. Quando se vai na UPA com a criança ela é classificada e geralmente se ela não estiver com uma problemática seria tem que esperar quatro horas para ser atendida e não é atendida pelo pediatra. Ressaltou que é necessário analisar a legislação. Outra questão é a saúde na escola. Ressaltou que tem recebido varias colocações de professores das creches, pois as unidades de saúde fizeram um diagnósticos com as crianças no ano passado e apenas em setembro começou vim os relatórios para as crianças. Imagina uma criança ficar um ano para receber um diagnostico em relação a desnutrição ,obesidade e visão. Ressaltou que o conselho da criança e adolescente está requisitando para que seja feito um dialogo nesse sentido em relação ao atendimento das crianças e adolescentes. **Maria Alice Araújo** informou que em relação a pauta qualquer conselheiro pode pedir ponto de pauta para o Conselho Municipal de Saúde, **Leonel dos Santos** informou que a APAE está conseguindo um projeto junto com a Energisa para colocarem placas solares na APAE. Ressaltou que o observatório do Brasil fez uma parceria com o TCU. O TCU junto com 60 observatório esta dando um curso para fazer auditoria em contratos e convênios que

229

230

231

232

233

234



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA DA 09ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PALMAS-TO**

238

239

240

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

envolvem recurso da união. Ressaltou que esse curso vai ate dezembro. Informou que esteve na unidade da 403 norte e não tinha equipamento para medir a pressão. Vários idosos e gestantes não puderam realizar exames devido não ter o equipamento para medir a pressão. **Joseane Araújo Franco** informou que a ABEN juntamente com o Morhan e a Secretaria Municipal de Saúde esta realizando o curso de formação de agente comunitário de saúde em vigilância e manejo da hanseníase na atenção básica. São 420 agentes comunitários de saúde que estão realizando esse curso. Ressaltou que por isso que fez um movimento muito forte em relação aos servidores, pois os enfermeiros que estão ajudando na capacitação vai voltar para o estado e isso vai causar um dano muito grande. Ressaltou que a maioria dos agentes estão doentes e é necessário fazer um trabalho em cima da hanseníase. Ressaltou que o Morhan junto com a ABEN esteve na assembleia legislativa falando com a presidente e ela fez um video dizendo que vai apoiar a hanseníase no estado do Tocantins. Informou que a Secretaria Municipal de Saúde esta fazendo um bom trabalho em relação a hanseníase e a assembleia do estado vai apoiar esse trabalho. **Maria Roseli de Almeida Pery** informou que no dia 18 vai ter varias audiências de ações civis publicas que o Ministério Publico promoveu contra o município de Palmas. Ressaltou que tem a atenção básica, atenção especializada ambulatorial, doenças vetoriais, zoonose e doenças transmissíveis. **ITEM 11**– Informe Mesa Diretora. Ressaltou que esteve em reunião com o secretario municipal de saúde para tratar da exoneração da servidora que trabalha no conselho e ele falou que ia resolver a situação. Informou que questionou a falta de material e equipamentos nas unidades de saúde. Ressaltou que solicitou para o secretario no nome das empresas que ganha uma licitação e não entrega o material para que o conselho possa criar um roll de empresas que não são bem vindas para trabalharem com o SUS. Ressaltou que tem empresas que faz isso com o SUS participa de uma licitação e não entrega o material e necessário usar a lei contra essas empresas que participam de uma licitação e não entrega o material. Informou que conversou com o secretario em relação ao Taquari para que seja feita nem que seja uma unidade provisoria. Ressaltou que questionou as resoluções não assinadas e os ofícios sem resposta. Informou que tem uma solicitação de um usuário para compor o comitê de ética do IFTO e da FESP. Ressaltou que a conselheira indicada para representar o comitê de ética do IFTO será a conselheira Laura Maria dos Anjos como titular e a conselheira Vilma Maria Gomes da Silva como suplente. Informou que o conselheiro para participar do comitê de ética da FESP

